

**FERNANDO**  
DA FONSECA **GAJARDONI**

**RENATO**  
**BRASILEIRO DE LIMA**

# **COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL**

**2ª EDIÇÃO**

Revista, atualizada  
e ampliada

**2023**

 **EDITORA**  
*Jus* **PODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Claudia Fatel Lino ([claudiafatellino@gmail.com](mailto:claudiafatellino@gmail.com))

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

1232652

L732c Lima, Renato Brasileiro de  
Competência Cível e Criminal da Justiça Federal / Renato Brasileiro de Lima e  
Fernando da Fonseca Gajardoni – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: JusPodivm,  
2023.  
368 p.

Inclui Bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4217-9

1. Direito Processual Civil. I. Lima, Renato Brasileiro de. II. Gajardoni, Fernando da  
Fonseca. III. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL  
Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

### PARTE I

<b>COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL.....</b>	<b>19</b>
1. Jurisdição, competência e previsão legal.....	19
2. Os limites da jurisdição nacional – jurisdição nacional brasileira e jurisdição internacional (breve notícia) .....	21
3. Competência interna .....	26
3.1. Critérios de competência interna .....	26
3.2. Critério funcional e hierárquico.....	27
3.2.1. Foro por prerrogativa de função (foro privilegiado)..	27
3.2.1.1. Ações cíveis de competência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) .....	30
3.2.1.2. Mandado de segurança no sistema dos Juizados Especiais Federais .....	34
3.2.1.3. Competência dos TRFs para julgar MS/ HD e rescisórias impetradas contra ato/ decisão de juiz estadual fora da competência material delegada .....	36

3.2.1.4.	Competência dos TRFs para julgar MS contra ato de autoridade estadual/municipal com prerrogativa de foro no TJ, mas que atua por delegação de autoridade federal .....	39
3.2.1.5.	Foro privilegiado nas ações coletivas civis (inclusive improbidade administrativa)	41
3.2.1.6.	Término do mandado/cargo e foro privilegiado cível .....	44
3.2.1.7.	Litisconsórcio passivo com a autoridade detentora de foro por prerrogativa de função cível.....	45
3.2.1.8.	Ações contra o CNJ/CNMP no STF (art. 102, I, “r”, da CF) .....	46
3.2.2.	Prevenção .....	52
3.2.2.1.	Ação acessória ou relacionada ajuizada por ente do art. 109, I, da CF, com a ação principal em curso na Justiça Estadual .....	54
3.3.	Critério material (ratione materiae) .....	57
3.3.1.	Justiça Eleitoral.....	58
3.3.2.	Justiça do Trabalho .....	59
3.3.3.	Justiça Comum (Federal e Estadual) .....	64
3.4.	Critério valorativo (ratione valoris) .....	66
3.4.1.	Competência dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001) .....	67
3.5.	Critério Territorial (ratione loci) e distribuição .....	70
4.	Regime jurídico da competência .....	74
5.	Perpetuatio jurisdictionis.....	79
5.1.	Causas modificativas de competência .....	81

6. Foro de eleição .....	86
7. Competência cível da Justiça Federal .....	90
7.1. O art. 109, I, da Constituição Federal .....	93
7.1.1. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – causas da Justiça Eleitoral e Trabalhista.....	98
7.1.2. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – ações acidentárias típicas.....	99
7.1.3. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – falência, recuperação judicial e afins .....	102
7.1.4. Sociedades de economia mista federais, serviços sociais autônomos e organizações sociais .....	105
7.1.5. Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União .....	107
7.1.6. Concessionárias de serviço público federal .....	108
7.1.7. Intervenção de ente federal no processo em curso perante a Justiça Estadual .....	110
7.1.8. Intervenção/assistência anódina da União (Lei 9.469/97) e <i>amicus curiae</i> (art. 138 do CPC) de entes federais nas causas perante a Justiça Estadual .....	113
7.1.9. Participação de órgãos federais responsáveis pelas políticas agrárias e urbanas, nas ações possessórias em curso na Justiça Estadual, relativas a conflitos coletivos pela posse de imóvel (art. 565, § 4º, do CPC) .....	116
7.1.10. Habilitação de crédito de ente federal em inventário .....	118
7.1.11. Procedimentos de jurisdição voluntária para levantamento de valores relativos a PIS, PASEP, FGTS e resíduos previdenciários deixados por falecidos ....	119

7.1.12. Protesto pela preferência no recebimento do crédito por entes do art. 109, I, do CF .....	120
7.1.13. Litisconsórcio passivo facultativo entre entes do art. 109, I, da CF e outros .....	120
7.1.14. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) .....	125
7.1.15. Questões relacionadas ao ensino superior.....	128
7.1.16. Ações relacionadas à entrega de medicamentos e realização de procedimentos médicos pelo SUS ...	130
7.1.17. Mero interesse da União ou entidade afim, sem participação como parte ou terceiro .....	132
7.1.18. Ações coletivas (ação civil pública e ação popular) em matéria ambiental .....	133
7.1.19. Ações coletivas para fins de reparação de prejuízos ao erário (ação civil pública, ação popular e ação civil de improbidade administrativa).....	139
7.1.20. Ação de interesse de criança/adolescente em situação de risco.....	145
7.1.21. Intervenção do MPF como assistente simples nas causas ajuizadas contra seus membros, por conduta praticada no exercício da profissão .....	146
7.2. O art. 109, II, da Constituição Federal.....	147
7.3. O art. 109, III, da Constituição Federal .....	149
7.3.1. Ações fundadas na Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças .....	149
7.3.2. Outras ações fundadas no art. 109, III, da CF .....	151
7.3.3. Hipóteses de não incidência do art. 109, III, da CF.....	153
7.4. O art. 109, V-A da Constituição Federal.....	155
7.5. O art. 109, VIII da Constituição Federal .....	159

7.5.1.	MS e HD contra ato de dirigente de empresas públicas federais.....	161
7.5.2.	MS contra ato de dirigente sociedade de economia mista federal .....	162
7.5.3.	MS contra ato de dirigente de subsidiárias de empresas públicas federais e sociedades de economia mista federais.....	163
7.5.4.	MS contra ato de dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público federal.....	164
7.5.5.	MS contra ato de dirigente de entidade (pública federal e privada) de ensino superior.....	166
7.5.6.	MS contra ato de presidente de Junta Comercial .	169
7.5.7.	MS contra ato de particular ou autoridade municipal/estadual (sem prerrogativa de foro) que atua na condição de retentor de tributos federais.....	169
7.5.8.	Mandado de injunção contra autoridades federais	170
7.6.	O art. 109, X da Constituição Federal.....	172
7.6.1.	Execução de carta rogatória e homologação de sentença estrangeira .....	172
7.6.1.1.	Procedimento do cumprimento de sentença perante a Justiça Federal.....	175
7.6.1.2.	Procedimento da execução da carta rogatória.....	176
7.6.2.	Causas referentes à nacionalidade (inclusive a respectiva opção) e à naturalização .....	177
7.7.	O art. 109, XI, da Constituição Federal .....	179
8.	Competência material federal delegada.....	180
8.1.	Ações previdenciárias (art. 15, III, da Lei 5.010/66, com a redação pela Lei 13.876/2019).....	183

8.1.1.	Transição do modelo anterior da delegação para o atual, inaugurado a partir da EC 103/2019 e Lei 13.876/2019 (art. 15, III, da Lei 5.010/66).....	187
8.1.2.	Limites da delegação de competência do art. 15, III, da Lei 5.010/66 (ações de segurado contra o INSS) .....	191
8.2.	Ação de produção antecipada de provas e justificações contra os entes do art. 109, I, da CF .....	192
8.3.	Usucapião especial rural .....	194
8.4.	Audiência de entrega de certificado de nacionalização .....	195
8.5.	Execução fiscal de tributos federais e afins.....	196
8.6.	Ações coletivas .....	197
8.7.	Conflitos de competência entre a unidade da Justiça Federal com a unidade da Justiça Estadual que atua por delegação (art. 109, § 3º, da CF) .....	198
8.8.	Ações acidentárias típicas .....	199
9.	Competência territorial da Justiça Federal .....	199
9.1.	Art. 109, §§ 1º e 2º da CF: competência absoluta ou relativa?.....	202
9.2.	Aplicação da regra do art. 109, § 2º, da CF (art. 51, parágrafo, do CPC) às autarquias federais .....	205
9.3.	Ações contra empresas públicas federais.....	206
9.4.	Litisconsórcio ativo entre autores domiciliados em foros distintos .....	206
9.5.	Litisconsórcio passivo entre a União/autarquias federais e particulares.....	207
9.6.	Competência territorial nos mandados de segurança contra atos praticados por autoridades da União e das autarquias federais (art. 109, VIII, da CF) .....	207

9.7. Ações civis públicas e coletivas no âmbito da Justiça Federal.....	209
9.7.1. Ajuizadas pelos entes do art. 109, I, da CF .....	209
9.7.2. Ajuizadas contra um dos entes do art. 109, I, da CF.....	212
9.8. <i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> à luz da regra do art. 109, § 2º, da CF .....	212
9.9. Competência territorial nas ações perante os Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001) .....	215
9.10. Competência territorial nas execuções fiscais federais .....	216

## PARTE II

<b>COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL .....</b>	<b>219</b>
1. Considerações iniciais.....	219
2. Atribuições investigatórias da Polícia Federal.....	222
3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV) .....	225
3.1. Crimes políticos.....	225
3.2. Crimes contra a União.....	229
3.3. Crimes contra autarquias federais .....	230
3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	231
3.5. Crimes contra fundações públicas federais .....	235
3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	236
3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). .....	238

3.8.	Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S” .....	240
3.9.	Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais .....	242
3.10.	Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).....	254
3.11.	Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal.....	256
3.12.	Crime praticado contra funcionário público federal.....	258
3.13.	Crime praticado por funcionário público federal .....	262
3.14.	Tribunal do Júri Federal.....	266
3.15.	Crimes contra o meio ambiente.....	267
3.16.	Crimes contra a fé pública .....	276
3.17.	Juízo Federal da Execução penal.....	287
3.18.	Contravenções penais .....	292
3.19.	Atos infracionais .....	294
3.20.	Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16)..	294
3.21.	Crimes cometidos no estrangeiro. ....	297
4.	Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V) .....	299
4.1.	Tráfico internacional de drogas .....	303
4.1.1.	Desclassificação de tráfico internacional de drogas e perpetuação da competência .....	308
4.1.2.	Delegação de competência federal .....	310

4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal .....	312
5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º) .....	320
6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI) .....	325
6.1. Crimes contra a organização do trabalho .....	325
6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira .....	330
6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais .....	343
7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII) ..	346
8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	348
9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX).....	349
10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	354
11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI) .....	355
11.1. Genocídio contra índios .....	359
12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	361
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	365